

MOVIMENTOS EM FAMÍLIA

ANA CLAUDIA MARQUES

RESUMO *Este artigo explora diferentes dinâmicas de parentesco e família em correlação a formas de deslocamento e alternância de moradia, consolidadas nos universos sociais do sertão de Pernambuco e do meio-norte do Mato Grosso. O propósito é mostrar, com o apoio de dados etnográficos, que os significados, funções e abrangência atribuídos à família estendem-se ou restringem-se, multiplicam-se ou deslocam-se ao longo das trajetórias das pessoas, e essa maleabilidade é testemunha de sua pertinência e vitalidade nos planos das ideias, da moral, dos sentimentos, bem como das relações e das práticas.*

PALAVRAS-CHAVE *sertão de Pernambuco, Mato Grosso, família, mobilidade.*

ABSTRACT *This article explores different dynamics of kinship and family correlating them with consolidated practices of displacement and housing alternation encompassing the social universes of the Pernambuco's countryside and Mid-North Mato Grosso. From ethnographic data, it intend to show that the meanings, functions, and scope assigned to family can be extended or restricted, multiplied or displaced throughout people's trajectories, and that this malleability witnesses the relevance and vigor of family within ideas, morals, feelings as well as within the relationships and practices.*

KEY WORDS *Pernambuco's countryside, Mato Grosso, Family, Mobility.*

MAPEAMENTOS

Neste artigo, proponho mostrar e discutir algumas variações em torno de concepções e arranjos de família que encontrei em duas regiões onde venho realizando trabalho de campo: o sertão de Pernambuco e o médio norte de Mato Grosso¹. Comum a todos os casos, o sistema de parentesco cognático é consistente com a fluidez observada nessas concepções e arranjos, acentuada pelas práticas de mobilidade espacial que marcam essas populações. Se a distância no tempo e no espaço separa os membros de um grupo familiar, nem por isso os sentidos de família perdem força nessas socialidades. Os significados, funções e abrangência atribuídos à família estendem-se ou restringem-se, multiplicam-se ou deslocam-se, e essa maleabilidade é testemunha de sua pertinência e vitalidade nos planos das ideias, da moral, dos sentimentos, bem como das relações e das práticas. Conforme sugerem Palmeira e Almeida (1977), a mobilidade que caracteriza tantas populações do interior do Brasil não deve ser simplificada e equacionada a fenômenos de migração ou êxodo rural se esses conceitos fazem supor a indiferenciação entre os movimentos, a exclusão de perspectivas daqueles que partem e daqueles que ficam, ou a ruptura dos laços que os ligam. Também os atributos de família distinguem-se em correlação aos movimentos, e sua análise deve contribuir para a compreensão das diferentes dinâmicas sociais de que são integrantes.

Todas as populações que abordei em minhas pesquisas são simultaneamente marcadas pelos seus deslocamentos e pela forte referência a seus locais de origem. Mas, enquanto em Pernambuco meus principais interlocutores são as pessoas que permaneceram ou retornam aos seus lugares de origem, no Mato Grosso eles são basicamente pessoas que ali chegaram a partir de meados dos anos 1970. Excetuando filhos e netos nascidos em Sorriso, todos são forasteiros.

As relações de parentesco mantiveram-se no centro de meus interesses durante os períodos de trabalho de campo que

¹ Desde 2010, a Fapesp financia meus projetos de pesquisa individuais, envolvendo períodos de trabalho de campo em Mato Grosso e em Pernambuco, o levantamento de dados e a revisão de materiais obtidos em etapas anteriores de investigação, sob novo enfoque analítico. Este artigo é resultado desse trabalho recente que incide sobre material de pesquisa coletado desde 1999, em Pernambuco, e a partir de 2008, em Mato Grosso. As etapas anteriores de trabalho de campo em Pernambuco tiveram o apoio do CNPq. A pesquisa em Mato Grosso integrou o projeto Sociedade e Economia do Agronegócio, apoiado pela Fundação Ford, CNPq e FAPERJ.

venho realizando em Pernambuco, desde 1999 (MARQUES, 2002). Muito em função delas, os recortes temporais e espaciais da pesquisa foram se definindo. Carnaubeira da Penha, ao sul, e Princesa Isabel, já na Paraíba, ao norte, limitam geograficamente uma vasta área em torno do Rio Pajeú que ao longo do tempo percorri, embora tenha me concentrado nos municípios a que chamei Monte Verde, Monsanto e Jordânia², principalmente nas suas sedes, mas com numerosas visitas a outros distritos e a áreas rurais. Neles estabeleci relacionamentos mais profundos de amizade e confiança que me situaram em redes de sociabilidade cujos integrantes aprendi a situar através de relações genealógicas que estenderam no tempo, através da memória dos meus interlocutores, o alcance dos meus enfoques. As conversas, apresentações e narrativas desses interlocutores me compeliram a elaborar diagramas de parentesco e a consultar genealogias locais manuscritas ou publicadas, que abrangem, em alguns casos, até 8 ou 9 gerações. Nesse universo social, personagens e eventos do passado são elementos fundamentais para situar-se no presente (MARQUES, 2013a). A ocorrência dessas genealogias é um forte indicador do segmento que privilegiei nas minhas pesquisas em Pernambuco, o qual no jargão sociológico se pode designar por elite. Sem correspondência a algum nível específico socioeconômico ou cultural, se pudermos considerar o conjunto dos membros das grandes e velhas famílias sertanejas localizadas naqueles municípios como um segmento social, malgrado suas abissais diferenciações internas, tratar-se-ia de um segmento dominante. Presumivelmente, essas famílias descendem de um ancestral pioneiro estabelecido na região com seus currais ainda no período colonial; alguns de seus membros tiveram participação na vida política local, regional ou nacional; parte significativa de seus numerosos membros são proprietários de terra, comerciantes, funcionários da administração municipal, escolas ou repartições públicas, profissionais liberais. Esses atributos conferem prestígio e o caráter dominante de uma coletividade, independentemente

² Esses nomes foram atribuídos por mim aos três municípios no contexto da minha pesquisa sobre brigas de família, com vistas à preservação do anonimato dos meus interlocutores, por razões de sua segurança e confiança em mim depositada. Em virtude das mesmas preocupações são mantidos aqui, apesar de o tema explorado agora não importar naqueles riscos. Se os pseudônimos não impedem o reconhecimento por parte dos contemporâneos daqueles que figuram na etnografia (MARQUES, 2002), em alguma medida os protegem em relação aos que não tomam parte no mesmo universo social ou não compartilham de sua intimidade cultural. Sobre as dificuldades implicadas na relação entre etnografia, conhecimento público e segredo nesse caso específico, ver MARQUES e VILLELA (2005).

da situação socioeconômica concreta de um ou outro indivíduo considerado membro de alguma dessas famílias. As genealogias são a um só tempo efeito e instrumento de consolidação desse status coletivo.

O trabalho de campo em Mato Grosso teve outra configuração. Por se tratar de uma região em que o cultivo de grãos (soja e milho, principalmente) sob o regime do agronegócio estava consolidado – não se tratava de uma fronteira agrícola – o médio-norte do estado foi selecionado como um dos focos do projeto Sociedade e Economia do Agronegócio. A partir de março de 2008, eu e quatro alunos de pós-graduação nos sediamos na cidade de Sorriso, município que se orgulha de ser o maior produtor mundial de soja. Como coordenadora, transitei por todos os segmentos privilegiados nas pesquisas dos diferentes membros da equipe, embora tenha pessoalmente privilegiado os chamados “agricultores”, aqueles que em nome próprio comandam a produção de grãos em terras de sua propriedade ou arrendadas, desde aqueles considerados menores, em função de suas áreas de cultivo menor ou igual a 400 hectares, até os grandes, possuidores de mais de 2000 hectares. Esse segmento costuma ser identificado genericamente de “gaúchos” ou “sulistas”. “Gaúchos” são também grande parte dos funcionários públicos, comerciantes, empresários, profissionais liberais e autônomos, técnicos, que compõem uma camada média urbana, privilegiada por Luciana Almeida (2013), assim como dos pequenos proprietários, chacareiros e assentados, enfocados por Cristiano Desconsi (2011), que teve por ensejo elucidar a dinâmica de uma rede translocal, que faz de Sorriso um ponto significativo no mapa de deslocamentos possíveis e efetivos dos habitantes de dezenas de municípios localizados em uma imensa faixa a oeste da Região Sul.

Não obstante essa heterogeneidade de classe, os “gaúchos” ou “sulistas” se opõem em bloco aos “maranhenses” ou “nordestinos”, identificação associada ao “trabalho braçal” realizado nas médias e

grandes fazendas – especialmente nas épocas de plantio e colheita – e à população residente nos bairros periféricos de Sorriso. Ariana Rumstain (2012) concentrou-se nos “trabalhadores temporários” e sua pesquisa a conduziu às fazendas dos distritos e municípios vizinhos, em Mato Grosso, bem como a Presidente Dutra, no Maranhão, ponto de partida e chegada da linha de ônibus pela qual transitam aqueles que chegam a Sorriso em busca de serviço e mantêm vínculos em sua terra de origem, para onde retornam com frequência e por tempo variáveis. Por sua vez, Cláudia Prestes (2010) atravessava diariamente a BR169 para ir ao encontro de seus interlocutores nos bairros que se constituíram naquela área periférica e de urbanização mais recente, que se formou a partir das “invasões” ou “ocupações”, conforme o ponto de vista, realizadas por uma população empobrecida atraída pelas possíveis ofertas de emprego no município desde os anos 1990.

Os membros da equipe permaneceram em Sorriso até agosto de 2008 e alguns de nós retornamos em outras oportunidades nos anos seguintes. Durante o trabalho de campo, visitei por períodos mais curtos alguns municípios vizinhos a Sorriso, como Nova Ubiratan, Ipiranga do Norte e Lucas do Rio Verde, mas meus percursos foram sobretudo decididos em função dos locais e pessoas que pretendia conhecer. Muitas vezes cheguei a esses lugares com o auxílio daqueles de quem mais me aproximei, mas, dificilmente, a iniciativa de me conduzir e me apresentar a outras pessoas partiu de meus interlocutores. Em raros casos minha condição de pesquisadora foi eclipsada pela de amiga, como aconteceu em Pernambuco. A menor duração de minhas estadias no Mato Grosso – em torno de 4 meses somadas as de 2008 e 2011 – explicam apenas em parte essa diferença. As redes de parentesco e amizade nessa região se mostraram menos densas e o caráter dos vínculos entre seus integrantes é bem diverso do que eu havia experimentado no sertão. Para além das atitudes e temperamentos culturalmente enfatizados, temporalidades e espacialidades distintas tecem as redes no Centro-Oeste, conforme espero deixar claro através das descrições que se seguem.

MOVIMENTOS

Os deslocamentos podem ser rotineiros, mais ou menos intensos, em diferentes fases da vida. A circulação entre fazendas, municípios e pelas capitais é motivada por razões de trabalho, negócios, formação escolar e profissional, visitas, festas, lazer, negócios, celebrações, atendimento à saúde, cumprimento de obrigações familiares e cívicas. O prolongamento dos intervalos entre idas e vindas pode tornar ambíguo o domicílio de trabalhadores temporários ou estudantes, por exemplo, enquanto não sejam assimilados a efetivas mudanças. Um marido, pai ou filho que se ausenta para o garimpo ou para a colheita da soja poderá voltar periodicamente ou em definitivo – e mudar de ideia a qualquer momento – ou ficar “rodado” algum tempo ou ainda desistir do retorno. Tais circunstâncias definem-se ou indefinem-se no tempo. O futuro poderá definir retrospectivamente as indefinições do presente. Por outro lado, esses movimentos são mais do que transição entre pontos; eles se integram como tradução espacial em uma história de vida, como sugere Ingold (2007, 2011).

D. Maria Gorete contou que nasceu em Codó, mas logo mudou-se para Imperatriz, no Maranhão, e ali morou até se casar e ter seus cinco filhos. Após anos de contrariedades com seu marido, que a cada retorno do garimpo sem dinheiro ainda tomava-lhes as economias para nova investida malsucedida, ela decidiu abandoná-lo. Ainda casada, a família se mudara para Axixá, Tocantins, para “plantar” em um lote que havia adquirido, mas a separação precipitou um retorno para Imperatriz. Dali, ela foi para Matupá, no Mato Grosso, onde morava sua irmã que a abrigou com os filhos, em situação de extrema precariedade. Quando soube que Sorriso estava “bom de emprego”, Gorete resolveu tentar a sorte lá, deixando seus filhos ainda menores de idade aos cuidados de “uma filha de criação de [sua] mãe”, também residente em Matupá. Mais tarde, os buscou para viver

com ela em Sorriso, onde se “juntou” com Jesumar, também recém-chegado na cidade, maranhense e com um passado no garimpo.

Em 2008, pouco mais de dez anos depois de sua chegada a Sorriso, Gorete vivia, com uma de suas filhas e três netos, em uma casa que ela designava por “barraquinho”, no bairro Boa Esperança, situado na margem oposta da BR em relação ao centro de Sorriso. Ela já havia se mudado meia dúzia de vezes desde que chegara à cidade. Suas mudanças refletiram tanto a busca de melhores condições de moradia quanto reformulações do grupo doméstico, sobretudo em função de casamentos e separações, dela e de seus filhos, agora já adultos (cf. PRESTES, 2010). A uma centena de metros de sua casa, ela alugava uma sala em que funcionava seu ateliê de costura, trabalho que realizava com ajuda de outra filha, em paralelo a outros serviços que prestava em troca de diárias para os “gaúchos” do outro lado da cidade. A exemplo de muitos de seus conterrâneos, conforme comentaram entre os membros da equipe, ela se orgulhava de ter aprendido a fazer um pouco “de tudo” na vida – manicure, cozinha, limpeza etc. –, e de uma disposição incansável para trabalhar e superar as dificuldades. Em 2011, reencontrei Gorete em situação bem mais confortável, instalada em uma casa perto do centro de Sorriso, onde também funcionava seu ateliê ampliado. Ela então afirmou com maior convicção sua intenção de permanecer em Sorriso, onde sua situação material melhorou substancialmente, embora me tenha dito que pretendia ir à Imperatriz para fazer uma cirurgia, porque ali ela tinha muitos parentes e conhecidos que lhe facilitariam os trâmites hospitalares. A condição provisória ou supostamente definitiva da residência não anula intenções de retorno ou busca de novo rumo, também em caráter provisório ou definitivo.

As sucessivas mudanças de local de domicílio também organizam as narrativas de histórias de vida de “sulistas” que encontrei no Mato Grosso. O projeto de acumulação melhor

ou menos bem sucedido dos “gaúchos” se expressa em suas trajetórias de deslocamentos, com pontos de parada não menos numerosos do que os “nordestinos” relatam. Entre os “agricultores” de Sorriso, porém, as narrativas dessas trajetórias ganham um sentido progressivo. Ao invés de uma projeção espacial das idas e vindas e das vicissitudes da vida, a trajetória é descrita como a efetuação de um projeto. Frequentemente, os “gaúchos” me disseram que “quem anda para trás é caranguejo”, pois seu propósito é “crescer”. O lugar onde se estabelece só parece definitivo enquanto outra oportunidade, mais adiante, não surge ou não se tem forças para aproveitá-la. Decerto as coisas não se passam sempre do jeito que se deseja. O retorno a um ponto preliminar da trajetória é, contudo mal apreciado nesse segmento, uma evidência de fracasso e pouca perseverança (cf. ALMEIDA, 2013, p. 126). As crises são de preferência superadas no mesmo ponto ou mais além, em qualquer direção à frente.

Essa é uma visão estereotipada e dominante que apreendi de inúmeras narrativas de trajetórias de vida e de enunciados cotidianos. Ela se ajusta com facilidade à descrição de muitos percursos dos “sulistas” que se dedicam ao comércio ou à prestação de serviços e não à agricultura, mas deixa de fora muitos outros. Os “sulistas” que chegam a Sorriso “em busca de serviço”, e habitam as franjas das cidades ou assentamentos na área rural, são de alguma forma assimilados aos “nordestinos”. Eles são distinguidos daqueles outros “sulistas” que temporariamente trabalham em Mato Grosso e sustentam dessa forma seus empreendimentos agrícolas no Sul, preferidos em muitas das fazendas da região em detrimento dos “maranhenses”, conforme declararam alguns proprietários empregadores dessa mão-de-obra. Essa estratégia tem forte semelhança com a de “nordestinos” que mantêm domicílio e família no Maranhão, embora se empreguem no Mato Grosso por períodos mais curtos ou mais longos. Adiante retomarei esse assunto, mas agora sublinho que do ponto de vista

dominante entre os “gaúchos”, essa prática tende a ser ignorada como estratégia (RUMSTAIN, 2012).

Talvez seja um esquematismo excessivo afirmar que, entre os sertanejos com quem fiz campo, as histórias de vida se organizem antes genealógicamente do que pelas suas trajetórias de deslocamentos. A bem da verdade, ao contrário do que encontrei em Mato Grosso, dificilmente os sertanejos encadeiam uma narrativa de sua própria história de vida. Ou melhor, eles se introduzem implícita ou explicitamente nas histórias de outrem, como se narrando a respeito de si mesmos na terceira pessoa. Uma introdução recorrente no estilo narrativo sertanejo pode ser exemplificada na fala de Mário Gominho, cidadão de Jordânia que morava em Recife quando o conheci.

Quando foi em 1928, era prefeito nosso Manoel Serafim de Souza Ferraz, irmão de Tonho Boiadeiro, primo de Antônio Ferraz, irmão da minha avó, cunhado de Nequinho, que já tinha sido prefeito...

Como observei em outros lugares (MARQUES, 2013a,b), os sertanejos contam histórias e anedotas, de preferência exuberantes (algo que mereça ser contado) do cangaço, de fundação de seu município, da política local, de *questões* de família, como forma de dizer quem são eles mesmos, narradores, interlocutores, público. E essas narrativas proporcionam mapeamentos provisórios de pessoas, proximidades e distâncias relativas, de estados de relações. Nesse contexto, o conhecimento genealógico constitui-se como instrumento para esse mapeamento; está disperso no campo social, mas algumas pessoas são notórios especialistas no assunto. As genealogias são também temas ou compõem seções em inúmeros manuscritos e publicações de caráter biográfico ou histórico.

Histórias e genealogias dão suporte uma à outra, entre os sertanejos e a mim como pesquisadora, que também precisei

recorrer aos mapas políticos do Brasil para situar as trajetórias de vida dos meus interlocutores em Mato Grosso (MARQUES, 2013b). Mapas e genealogias que não substituem nem representam trajetórias e histórias (INGOLD, 2009), mas sugerem caminhos analíticos distintos de descrição de diferentes socialidades. Se a extensão no espaço e no tempo proporciona um nexo de inteligibilidade importante a esse respeito, as descrições realizadas até agora também sugerem que um olhar que se detém sobre os pontos produzidos nessas trajetórias são igualmente relevantes. Esses pontos não correspondem a instantâneos, mas a processos parciais, durações que se produzem referidas a períodos e lugares, mas também a pessoas e a uma dinâmica de familiarização e de desfamiliarização (COMERFORD, 2003). A seguir me ocuparei dessa dinâmica que conforme entendo não se confunde com fases dos ciclos de vida ou do grupo doméstico.

PRODUÇÃO, REPLICAÇÃO, RUPTURA, RECONFIGURAÇÃO

Base natural, portanto universal, da estrutura social, na abordagem funcionalista, pais e filhos usualmente também correspondem à unidade elementar da família do ponto de vista da generalidade dos meus interlocutores. Essa regularidade só parece ser rompida (e mesmo assim não necessariamente) quando a família elementar não se reúne, em caráter presumivelmente definitivo, em uma unidade de residência. Idealmente e em forte medida na prática, pais e filhos solteiros moram na mesma casa; ou, se não moram em caráter permanente, consideram a mesma casa como sendo a sua. Mas, unidades familiar e residencial nem sempre coincidem e, em certos casos, tendem a não coincidir ao longo de parte maior ou menor da vida de seus membros (cf. ALMEIDA, 1986; FONSECA, 2004).

Os “trabalhadores temporários” nas fazendas de soja mantêm outras residências, além do alojamento em seus locais de

trabalho. A categoria é usualmente assimilada aos “maranhenses”, considerados aptos para os “trabalhos braçais”, mas de fato congrega homens de diferentes origens, muitos deles “sulistas” conforme foi já mencionado. A remuneração proporcionada por esses empregos que oferecem alojamento e alimentação poderá ser destinada à manutenção, melhoria das condições materiais ou capitalização da família residindo à distância (nas sedes urbanas do Mato Grosso ou na terra de origem), especialmente no caso dos pais de família e à aquisição de certos bens (as motocicletas são especialmente valorizadas) e acumulação que precedem a formação de uma nova unidade familiar e doméstica, especialmente no caso dos solteiros. Esses projetos muitas vezes malogram. Os excessos na diversão com mulheres e álcool são associados à condição de “rodado” – uma pessoa sem casa, sem família e sem rumo – moralmente tolerável em caráter provisório entre os rapazes, mas mal vista para os casados.

Causas e consequências de vicissitudes conjugais, os deslocamentos separam e unem, produzem circulação e recomposições domésticas. Famílias que moram separadas podem ser concomitantes à co-residência entre não familiares. Separações e novos casamentos de ex-cônjuges produzirão novos arranjos domésticos, cuja composição não necessariamente corresponderá a uma unidade familiar, e incluirá ou deixará de fora parte dos membros das unidades residenciais precedentes. Contudo, a residência comum pode operar como um catalisador na produção de parentesco. Filhos e filhas de filhos de leitões anteriores podem ser assumidos como próprios (com ou sem detrimento de vínculos parentais anteriores) pelo novo cônjuge. A intimidade do lar aproxima e aparenta pessoas longinquamente aparentadas ou previamente sem vínculo de parentesco algum. Os filhos das filhas de Gorete chamam Jesumar (segundo marido da avó) de avô – mesmo aqueles que já nasceram após a separação desse casal. Um dos irmãos que Jesumar atraiu para Sorriso tornou-se pai de um de seus “netos” (a criança vivia

com a mãe na casa da avó em 2008, mas em 2011 essa família já morava em sua própria casa). A conjugalidade já encerrada entre Jesumar e Gorete parece ter prevalecido sobre a colateralidade e consanguinidade, na relação do primeiro com a criança.

O parentesco não se produz ou replica apenas como idioma nas relações domésticas e não consanguíneas. Simone contou a Claudia Prestes que conheceu seu primeiro marido na casa de seus tios, com quem ambos moraram no garimpo de Peixoto de Azevedo, após a separação dos pais dela. Simone, por sua vez, ao separar-se voltou a morar com a mãe em Sorriso. Ali conheceu seu atual marido, que também vivia sob o mesmo teto. Também a irmã de Simone, Sandra, conheceu seu marido nessa mesma casa. O rapaz era ex-marido da prima do atual marido de sua mãe. Os dois homens passaram a residir na mesma casa desde a separação do primeiro, ainda em Peixoto de Azevedo, e de novo partilharam o mesmo teto em Sorriso, agora também com a nova esposa do segundo e suas filhas, Sandra e Simone.

Aparentamento e replicação de laços de parentesco também observei na família dos considerados primeiros habitantes da região de Sorriso. Maria e Otávio ali chegaram do Paraná, para tomar conta de uma fazenda alguns anos antes da leva colonizadora “sulista”, em 1970, mas jamais foram assimilados aos “gaúchos”. Agora viúva, D. Maria tem sua casa em um terreno onde também erigiram moradias os seus filhos, em um bairro hoje central da cidade, mas outrora localizado nos limites do plano urbano destinado à população de não produtores – genericamente às famílias mais empobrecidas e negras em particular (FERNANDEZ, 2007). Nessa vizinhança, três de seus filhos encontraram cônjuges em um conjunto de três irmãos. Dois desses casamentos se desfizeram. As tensões entre cunhadas e irmãs não me foram omitidas. No período em que as presenciei, elas se centravam em torno da decisão de uma das filhas de D. Maria em adotar o filho de sua dupla ex-cunhada: irmã de seu ex-marido e ex-esposa de seu irmão.

Nesses diferentes exemplos, a convivialidade apresenta-se como fator que produz aparentamento ou familiarização – com todos os nexos solidários e tensos que caracterizam famílias e que também potencialmente conduzem à desfamiliarização. Nesse sentido somos levados a supor que a consanguinidade não é condição suficiente nem necessária para essas pessoas, na formação de famílias. No entanto, diferentes exemplos são sugestivos de produção de consanguinidade ao longo do tempo.

De certa forma, esse processo inverte o sentido de práticas que encontro em Pernambuco, em que a consanguinidade dada é passível de ser retórica e praticamente desfeita. O caso da briga dos Albuquerque Encarnados³ com os Albuquerque Livramentos é especialmente elucidativo (MARQUES, 2002, p. 142-164). A briga irrompeu entre essas duas famílias aparentadas que estreitaram laços depois que passaram a residir nas proximidades uma da outra. A briga entre novos vizinhos reaproximou os parentes em grau mais próximo, cujos desentendimentos anteriores haviam precipitado a transferência de residência de parte deles, que passaram a brigar juntos contra os parentes em grau mais distante. Após sucessivos assassinatos, no esfriamento da briga, os Encarnados me explicam que, afinal, eles não são bem parentes de seus inimigos, pois pertencem a um ramo dos Albuquerque, os Rossanos, que se concentram na Paraíba. Não sabem explicar bem quais são os vínculos parentais entre estes últimos, enquanto a proliferação de genealogias publicadas e manuscritas explica facilmente o parentesco entre os Albuquerque litigantes. As genealogias sertanejas são e não são realmente *pedigrees* (BOUQUET, 1993). Extensíveis para todos os lados e sempre passíveis de interrupção, elas também são legíveis pelos mais diferentes caminhos (VILLELA, 2004; ASTUTI, 2000). Como veremos, a localidade é uma importante chave de leituras possíveis.

³ Usualmente os sobrenomes são flexionados no plural pelos sertanejos, quando eles querem se referir a um grupo concreto de pessoas, um “povo”, um subconjunto daqueles que portam o mesmo sobrenome.

FAMÍLIA E GRUPO DOMÉSTICO

Por comparação a esses grupos, as famílias dos “gaúchos” do Mato Grosso parecem bem menos plásticas. Entre eles, a composição elementar do grupo doméstico é certamente um valor inseparável da distribuição de funções entre seus membros, a partir do qual se avaliam os procedimentos dos outros (HAESBAERTH, 1997). Toda sobreposição de famílias elementares sob um mesmo teto é assumida como provisória e se estenderá pelo menor tempo possível. Enquanto isso, contam como uma família só.

Era só nossa comunidade, aquele setor nosso. Ali nós éramos umas 6, 7 famílias. A nossa contava uma só, porque nós morava junto, trabalhava junto. No início sim, só depois que a gente foi dividindo (Antônio Isaac, Lucas do Rio Verde).

Como observou Woortmann (1982) em outro contexto, aqui a plena realização dos papéis de pai de família e dona de casa só parece possível a um homem e uma mulher, pai e mãe, na sua própria casa. Nos relatos de memória que versam sobre a trajetória que os conduziu ao Mato Grosso, esse padrão residencial é reiterado. Uma casa só se consolida plenamente quando uma família elementar se reúne sob seu único e mesmo teto, como acontecia nas colônias no Sul; quando ao encontro do pai ou dos irmãos que vieram “abrir a terra” seguem a mãe/esposa e os demais irmãos/filhos solteiros; quando irmãos e cunhados que trabalharam juntos na “abertura” conseguem construir residências separadas para suas próprias famílias. Mas importa também considerar que na etapa afirmada como transitória, o grupo residencial é considerado (ou contado) como uma única família, algo que sugere um equacionamento conceitual entre grupo doméstico e família, que por sua vez é axiomáticamente elementar.

Os dados relativos aos “nordestinos” do Mato Grosso reunidos por Claudia Prestes (2010) sugerem uma correlação entre separações conjugais ou viuvez e o retorno de filhos para a casa da mãe, de onde sairão com a consolidação de novo casamento. As casas dos filhos abrigam, por sua vez, os pais envelhecidos, viúvos, com problemas de saúde. Esses movimentos também se verificam entre “gaúchos” e sertanejos. Mas a flexibilidade na composição dos grupamentos domésticos e sua variação ao longo no tempo são especialmente notáveis entre a população que hoje vive nos bairros periféricos de Sorriso. A cada nova casa ocupada, a composição de moradores parece ter variado, quando a mudança envolveu um deslocamento para outro lugar e mesmo dentro da mesma cidade.

As casas sertanejas também abrigam muitas vezes membros não pertencentes à família elementar: irmãs solteiras que ajudam nas tarefas domésticas e cuidados de crianças e doentes, sobrinhos, netos, afilhados em idade escolar. As casas das mães, avós e tias solteiras são as mais propensas – mas longe de serem as únicas, na falta delas – a hospedar novos e diferentes moradores, especialmente as que se localizam nas sedes dos municípios e no Recife. D. Teodora e D. Isabel mudaram-se para Monsanto para tratar da mãe nonagenária, em razão das dificuldades de acesso a recursos e cuidados para quem mora na zona rural. Em sucessivos momentos no campo, encontrei morando na casa delas, além da mãe, dois irmãos, quatro sobrinhas e um sobrinho neto. Tanto a alta ocorrência de celibato entre os sertanejos⁴ quanto a extensão muito mais larga que a noção de família assume ali, por comparação aos dois outros segmentos que encontrei no Mato Grosso, concorrem para a especificidade desses grupamentos domésticos. Todos que moram juntos costumam ser familiares, mas não necessariamente conformam *uma* família. Os parentes que moraram com Teodora e Isabel tinham sua família (elementar) alhures, do mesmo modo que com elas integravam uma família (no sentido mais próximo de parentela) muito mais

⁴ O celibato de um ou vários membros de uma prole foi comum por várias gerações, conforme registram as genealogias que consultei, mas talvez não mais se aplique aos jovens da atualidade. Uma possível correlação entre a diminuição do celibato e maior mobilidade espacial nesse segmento das “grandes famílias” sertanejas é uma hipótese que exige investigação.

abrangente do que esse conjunto de moradores. Mesmo as duas irmãs solteiras são antes da mesma família (em qualquer sentido) do que propriamente uma família. A sobreposição entre grupo doméstico e família é sempre parcial nesse caso, embora nem por isso irrelevante.

Entre os “gaúchos”, as mudanças na composição dos grupos domésticos parece antes determinada pelos ciclos de vida, aos quais também se associa a busca pela “terra nova”. O caso de Antônio Isaac é interessante, porque como irmão mais novo de outras duas irmãs, com apenas 19 anos e ainda solteiro, ele assumiu a chefia do grupo. Essa posição é enunciada quando ele afirma ter “convidado” os cunhados para virem com ele antes mesmo de mencionar a companhia de suas irmãs, ou quando conta ter sido emancipado pelo pai, que diante do fracasso das primeiras colheitas no Mato Grosso, voltou a se dedicar integralmente às terras do Sul, onde permanecera a mãe. Portanto, Antônio Isaac ocupa a posição do pai ausente, que havia comprado a “terra nova”, e nessas condições ele engloba o grupo que, durante algum tempo, constituiu unidade técnica e doméstica. De fato, conforme apontei antes (MARQUES, 2011), as unidades técnicas ou grupos empresariais do agronegócio em Mato Grosso têm caráter familiar, em regra agregando na sua diretoria pai, filhos e genros, eventualmente sobrinhos. Esse grupo perdura, quando não se firma, quando filhos constituem suas próprias unidades domésticas, ao se casarem. O casamento não é condição indispensável para o recrutamento dos filhos para os negócios da família, embora o seja para os genros. De outro lado, o grupo tende a permanecer unido até a idade em que os filhos dos filhos comecem a ter parte mais ativa na empresa, que então tenderá a ser dividida em novos grupos familiares, encabeçados por seus pais. Alguns dos empresários mais pujantes de Sorriso vislumbram o momento em que os grupos empresariais deixarão de ser familiares, quando critérios profissionais, já presentes, prevalecerão exclusivamente na determinação dos cargos. Por

enquanto, contudo, as hierarquias domésticas e entre casas filiadas se replicam nos negócios. Talvez seja mais apropriado dizer que a posição na vida produtiva corresponde às posições na vida doméstica, sendo as duas esferas permeadas por aspectos relativos à herança e sucessão ou às relações de gênero e geração.

VIZINHANÇA E LOCALIDADE

Em qualquer caso sob análise observa-se algum tipo de integração dos grupos domésticos, enquanto tais, em relações de vizinhança. A vizinhança tem um papel fundamental na organização da trajetória que conduz “sulistas” e “nordestinos” ao Mato Grosso, assim como a cada ponto de sua trajetória. Nesse universo circulam as informações sobre terras ou empregos acessíveis e rentáveis. Os parentes, amigos e conhecidos de etapas anteriores de residência tornam-se muitas vezes ainda mais próximos quando reencontrados longe de casa e no processo de familiarização inerente à nova instalação. Os “sulistas” consideram que o projeto de construção da cidade de Sorriso foi essencialmente executado pelos novos, e em parte antigos vizinhos, que passaram a residir no Mato Grosso. Entre aqueles que para lá se transferiram mais recentemente e se instalaram nas áreas rurais do município desenvolvem-se vínculos de vizinhança concretamente representados na construção, incremento e participação nas atividades das sedes das “comunidades”, que de costume reúnem a capela, o campo de futebol, a pista de baile, a cancha de bocha, a cozinha, a churrasqueira. No interior dessas “comunidades” se encontra o núcleo de sociabilidade dos moradores das redondezas. Expressão desse vínculo que confirma essa descrição foi a discussão que testemunhei, em 2011, de vários moradores de uma das comunidades de Sorriso, Navegantes, a respeito de uma possível transferência deles para uma área menos consolidada de exploração agrícola no Tocantins. Parte dos vizinhos já tinha ido em conjunto “visitar” a região, alguns já se

adiantavam no processo de aquisição, outros ainda negociavam a decisão a esse respeito no interior de seus grupos familiares de produção. Os atores naquele cenário eram grupos familiares vizinhos. Embora muitos parentes explorem fazendas vizinhas ou próximas em grupos familiares independentes – em geral um efeito dos procedimentos de aquisição das terras no Mato Grosso –, o conjunto dos interessados em fazer a mudança não se constituiu preferencialmente por laços parentais. E, com efeito, essa vizinhança mais estreita das “comunidades” não se mostra particularmente sujeita a ser convertida em laços de parentesco.

Como vimos, os habitantes das franjas da cidade se distinguem a esse respeito, e não apenas os naturais do Nordeste. Muitos, talvez a maioria dos que chegam em busca de emprego, são recentemente separados, solteiros, ou deixaram suas famílias em outra parte, circunstâncias que favorecem o encontro de novos parceiros. Se a intimidade ou proximidade aparenta, nessa população, o afastamento não necessariamente desfaz o que foi feito. Parentes deixados para trás ou que seguiram adiante poderão ser reencontrados e eventualmente servirão de apoio para mudanças futuras. Os diversos exemplos de casamento e co-residência já comentados, assim como a recorrência da presença de parentes dados ou produzidos entre vizinhos, a prática consolidada de “chamar” irmãos e pais para virem se juntar no atual local de moradia ou para se associarem em algum negócio, os pedidos e ofertas de informações sobre as condições de emprego, todos esses fatores são evidências de que a força dispersiva de tantos deslocamentos em tão longa distância é em alguma medida contrabalançada pelo desejo ativo de viver entre parentes ou pessoas com quem se mantenham relações análogas. Os telefonemas e viagens de visita à mãe que mora longe são meios de manter acesos os vínculos que a distância ameaça apagar.

Os vários exemplos de concentração de pessoas de mesma naturalidade em certos municípios, cidades e por vezes setores dessas cidades evidenciam a importância das relações

de vizinhança na definição das trajetórias de deslocamento. E com maior razão essa correlação se confirma quando um lugar abriga pessoas de diferentes naturalidades, mas cujas trajetórias coincidiram em algum ponto. Esse é o caso dos numerosos moradores de bairros periféricos de Sorriso, que vieram desde Peixoto de Azevedo (PRESTES, 2010). As linhas e ônibus interestaduais regulares de Sorriso explicitam muito claramente a consolidação de eixos de deslocamentos. Também observei no sertão, como sucede em tantos outros lugares, como aqueles que deixam seu lugar de origem tendem a buscar destinos privilegiados por seus conterrâneos.

A sobreposição de laços de parentesco e vizinhança é um traço diacrítico da própria formação social sertaneja. A história de ocupação territorial baseada na fundação de currais aliada ao processo de fragmentação por herança ou alienação de parcelas das primeiras fazendas ali instaladas desde os fins do século XVIII deram início à forte correlação entre famílias e localidades. Malgrado o total e intenso entrelaçamento das grandes famílias do sertão do Pajeú e da dispersão das pessoas dentro e fora da região, o sobrenome preferencialmente adotado combinado à referência à cidade ou distrito, fazenda ou sítio de origem são dispositivos de identificação fundamentais. Um Santana da Fazenda Imbuzeiro não se confunde com um Santana de Belmonte. A designação nem sequer precisa ser dita para ser inteligível. Apelidos, aparência física, atitudes, reputações são também localizadores identitários, porque explicitam divisões no interior de um universo de parentesco, em associação inevitável com alguma referência espacial. Em algumas circunstâncias segmentos locais se entificam como pessoas morais, mais exatamente, talvez, como “povo”, como o “povo da Ema”, “dos Pocinhos”, “da Caiçara”, “de Princesa”. No passado, segundo dizem, certos líderes englobavam todo um universo local de parentesco perante outros semelhantes, muito especialmente na vida política. Atualmente, malgrado a sua persistência, a correlação entre parentesco e localidade

de pertencimento (por critérios de moradia, do próprio nascimento ou dos pais) na definição de “povo” é concomitante à permeabilidade dessa noção, à possibilidade de fusões e divisões, processos de familiarização e desfamiliarização circunstanciais ou duradouros.

CONCLUSÃO

A aproximação entre os diferentes segmentos sob análise proporciona distinguir modos e papéis específicos que a família e o parentesco assumem nessas socialidades (STRATHERN, 1996). O parentesco não parece ter o mesmo significado e o mesmo alcance nas formas de sociação (SIMMEL e WOLFF, 1950) que encontrei no Mato Grosso e em Pernambuco, e contudo é um elo fundamental em todas elas. As imensas genealogias estão de todo ausentes das narrativas e das preocupações de “gaúchos” e “maranhenses”, mas suas trajetórias de deslocamento são inteligíveis como processos familiares.

Entre os “gaúchos”, a decisão na iniciativa da mudança se dá sempre no interior dos grupos familiares que cooperam na produção. Os irmãos Anderson e Adilson só poderiam concretizar seus planos de nova mudança para o Tocantins com a anuência do pai, com quem, juntos, exploram 400 hectares. A prevalência da figura paterna nas famílias “sulistas” tem nesse caso uma de suas muitas expressões. O pai e o avô costumam ser os únicos membros das gerações anteriores eventualmente mencionados nas narrativas dos “produtores” do Mato Grosso, como antecedentes significativos de sua própria epopéia, que de alguma forma replica as deles. O movimento de ocupação das “terras novas” é pensado como “crescimento”, ideia que traduz tanto a transformação operada sobre o ambiente quanto o avanço da própria vida material e da sua família (DESCONSI, 2011). Um período crucial nessa jornada costuma coincidir com a fase de expansão de uma família, durante o nascimento e a

infância dos filhos. Muitas vezes, o pai de um jovem ainda solteiro o apoia nessa jornada cujos frutos renderão proveitos próprios e para outros membros da família. Assim, apesar de narrada como uma iniciativa pessoal, um caminho individualmente aberto, as trajetórias dos “gaúchos” são em vários sentidos coletivas. Em alguma medida, o movimento dessa população registra espacialmente processos do desenvolvimento dos indivíduos e das famílias, análogos a uma ontogenia e a uma ortogenia. Pensado como uma caminhada “para frente” acompanha a constituição de um pai de família e um processo muitas vezes prolongado e lento de completa emancipação, do qual participam em regra irmãos e tende a ser concluído somente com a maturidade e engajamento dos filhos. Para trás parece permanecer não tanto um ponto de partida quanto uma direção e uma origem, independentemente da naturalidade: o “Sul, referencial de sua “cultura” onde quer que habitem”.

Já entre os “maranhenses”, as mães desempenham um papel de importância comparável, senão superior. Ariana Rumstain (2012) registrou entre os trabalhadores das fazendas inúmeras justificativas de viagens ao Maranhão como o desejo de rever a mãe, assim como o desinteresse nesse deslocamento na ausência dela. Quando a própria mãe se desloca, conforme vimos, os filhos em diferentes momentos vêm ao seu encontro. A significância das relações entre irmãos também se verifica aqui. A distribuição dos familiares no espaço corresponde a possibilidades abertas à introdução ou retorno a pontos na própria trajetória, entre outros tantos gerados ao sabor dos encontros que proporcionam a conversão do estranho em familiar. Os processos domésticos têm peso decisivo nessas jornadas, comparável à importância da cooperação na vida produtiva entre os “gaúchos”. A imagem dessas trajetórias dos trabalhadores temporários ou provisoriamente radicados no Mato Grosso é menos a de uma jornada para frente do que um espraiamento em múltiplas direções, com muitas idas e vindas, só aparentemente aleatórias. Com ou sem retorno aos

pontos de partida, essas trajetórias são efeito e ao mesmo tempo produtoras de familiarização.

Apesar de um viés patrilateral que se evidencia, por exemplo, na construção das genealogias a partir de um ancestral masculino (nem sempre o nome de sua esposa é lembrado), na transmissão de sobrenomes ou na residência, essa tendência no sertão é contrabalançada por uma sempre possível maior identificação aos parentes maternos. Uma ênfase cooperativa entre irmãos e cunhados faz desse grupo um núcleo de solidariedade significativo por toda a vida, que persiste na distância, concomitantemente ao vínculo fundamental da família elementar. Seus efeitos ressoam na geração seguinte, entre primos, na reconfiguração de núcleos solidários, embora talvez mais sujeitos a forças dispersivas e divisivas, sempre presentes e não exclusivamente parentais. Nem mesmo o sentimento de pertença à localidade anula essas disposições contrárias, vetores do dinamismo nesse mundo social em que o parentesco se insinua em todas as tramas.

Apesar de meus principais interlocutores sertanejos corresponderem à fatia dos que ficaram ou retornaram à terra à qual pertencem, essa permanência se realiza na mobilidade, de frequência, extensão e motivações variáveis ao longo da vida. Essa mobilidade se distingue mais claramente daquele movimento de conquista e “crescimento” dos “gaúchos” do que de parte das modalidades de deslocamentos que encontramos entre os “nordestinos” ou “maranhenses” do Mato Grosso. O “trabalho temporário” à distância é realizado entre sertanejos de um segmento de pequenos proprietários e não proprietários que não privilegiei em minhas pesquisas. Entre aqueles de quem mais me aproximei, o emprego no Recife, em outras cidades da região e fora dela é uma opção comum, assim como o retorno, após a aposentadoria, à cidade ou vila onde nasceram ou próxima da fazenda da família. Assim se conduz parte de uma “irmandade” que de costume é composta por outra parte que permanece na região, associando ou não o trato de gado e plantações na fazenda

com um comércio ou emprego na cidade. Se aqueles que partem introduzem no mapa das trajetórias dos que lhes são próximos pontos de passagem possíveis, aqueles que ficam preservam aberta a possibilidade do retorno provisório ou definitivo e vivo o sentimento de pertença a um lugar, onde quer que se esteja. Uma função parecida é desempenhada pela memória genealógica, essa espécie de história local que narra os percursos precedentes, alternativos conforme as direções de percurso escolhidas, daqueles que propiciam a uma pessoa que ela seja parte de um povo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, L. S. *Gaúchos, festas e negócios: o agronegócio da soja no Meio-Norte mato-grossense*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.
- ALMEIDA, M. W. B. d. Redescobrimo a Família Rural Brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1(1), p. 66-83, 1986.
- ASTUTI, R. Kindreds and descent groups: new perspectives from Madagascar. In: CARSTEN, J. (Ed.) *Cultures of relatedness. New approaches to the study of kinship*. Cambridge, New York, Melbourne: Cambridge University Press, 2000.
- BOUQUET, M. *Reclaiming English kinship: Portuguese refractions of British kinship theory*. Manchester: Manchester University Press, 1993.
- COMERFORD, J. C. *Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- DESCONSI, C. *A marcha dos pequenos proprietários rurais: trajetórias de migrantes do Sul do Brasil para o Mato Grosso*. Rio de Janeiro: E-papers, 2011.
- FERNANDEZ, A. J. C. *Do cerrado à Amazônia: as estruturas sociais da economia da soja em Mato Grosso*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

FONSECA, C. *Família, fofoca e honra: etnografia das relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

HAESBAERTH, R. *Dés-territorialização e identidade. A rede gaúcha no Nordeste*. Niterói: Ed.UFF, 1997.

INGOLD, T. *Lines: a brief history*. London: Routledge, 2007.

_____. *Being alive: essays on movement, knowledge and description*. London: Routledge, 2011.

_____. Stories against classification: transport, wayfaring and the integration of knowledge. In: BAMFORD, S.; LEACH, J. (Ed.) *Kinship and Beyond. The genealogical model reconsidered*. New York. Oxford: Berghahn Books. 2009.

MARQUES, A. C. Founders, ancestors, and enemies: memory, family, time, and space in the Pernambuco sertão. *Journal of the Royal Anthropological Institute (N.S.)*, 19, p. 716-733, 2013a.

_____. Pioneiros de Mato Grosso e Pernambuco. Novos e velhos capítulos da colonização no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 38(83), p. 85-103, 2013b.

_____. *Actas del X Congreso Argentino de Antropología Social*. Paper presented at the X Congreso Argentino de Antropología Social, 2011.

_____. *Intrigas e questões: vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

MARQUES, A. C. V.; Jorge MATTAR. O que se diz, o que se escreve. Etnografia e trabalho de campo no sertão de Pernambuco. *Revista de Antropologia*, 48(1), p. 37-74, 2005.

PALMEIRA, M. A., Alfredo Wagner Berno de. A invenção da migração: relatório de pesquisa, *Projeto Emprego e Mudança Sócio-Econômica no Nordeste*, v. 5. Rio de Janeiro: Museu Nacional/PPGAS, 1977.

PRESTES, C. A. *Os trabalhadores e a formação da cidade: o caso do Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Unpublished M. A., Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

- RUMSTAIN, A. *Peões no trecho. Trajetórias e estratégias de mobilidade no Mato Grosso*. Rio Janeiro: E-papers, 2012.
- SIMMEL, G. e WOLFF, K. H. *The sociology of Georg Simmel*. Glencoe, Ill: Free Press. 1950.
- STRATHERN, M. 1989 debate - The concept of society is theoretically obsolete - part 1 The presentations - For the motion (1). In: INGOLD, T. (Ed.) *Key debates in Anthropology*: London and New York: Routledge, 1996.
- VILLELA, J. L. M. *O povo em armas: violência e política no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- WOORTMANN, K. Casa e Família Operária. *Anuário Antropológico*, 80, p. 119-150, 1982.

ANA CLAUDIA MARQUES – Professora do Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo. <aclaudiam@usp.br>